

Rua Jose Antônio Lopes, nº 127 - Centro, Caridade do Piauí. Fone/Fax: (89) 3464-0125 CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

# CONTRATO Nº 048/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2021. - PMC/PI Processo Administrativo nº 035/2021- CPL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038 / 2031 PROCESSO ADM Nº 035 / 2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O **FORNECIMENTO** DE MATERIAL HOSPITALAR A FAVOR DO COMBATE AO COVID-19, NO MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ-PI., QUE ENTRE SI CELEBRAM ESTE MUNICÍPIO E OPCÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ - PI, inscrito no CNJP/MF sob o CNPJ nº 01.612.575/0001-28, situada na Rua José Antônio Lopes, 127, Centro, Cep: 64.590-000, Caridade do Piauí - PI, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Antoniel de Sousa Silva, CPF nº 660.966.773-04.

CONTRATADA: OPCÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 28.006.010/0001-53, Insc. Est.: 19.602.014-0, sediada na Av. Pedro Freitas, 1223, Vermelha, CEP: 64.018-000, Teresina -PI, representada pelo seu Sócio-Administrador o Sr. SÍLVIO DE SOUSA LIRA NETO, portador de RG nº 2.102.037 SSP/PI e CPF nº 989.419.689-72, Tel.: 86 3305-8180 /99941-7979 / 99916-3300 e E-mail: opcaodistribuidora2018@gmail.com.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado o presente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR A FAVOR DO COMBATE AO COVID-19, NO MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ-PI., conforme a Dispensa de Licitação nº 018/2021, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicandose-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO





Rua Jose Antônio Lopes, nº 127 - Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125 CEP: **64590-000** CNPJ: **01.612.575/0001-28** 

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR A FAVOR DO COMBATE AO COVID-19, NO MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ-PI., conforme especificações e quantidades constantes do Dispensa de Licitação nº 018/2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

A Prestação dos Serviços ora contratado, foi objeto de licitação, de acordo com o disposto no Capítulo II da Lei n.º 8.666/93, Art. 24, II, da mesma lei, sob a modalidade Dispensa de Licitação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato, a Dispensa de Licitação nº 018/2021, bem como à proposta firmada pela CONTRATADA. Esses documentos constam do Procedimento Licitatório acima descrito e são partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

- I emitir a ordem de fornecimento dos serviços dos itens objeto de contrato, assinada pela autoridade competente;
- II efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com a prestação dos serviços e os termos estabelecidos neste Contrato;
- III fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato através do Setor Administrativo Financeiro;

# CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- I executar o presente contrato em estrita consonância com os seus dispositivos, com o presente processo e com a sua proposta;
- II iniciar o fornecimento no prazo máximo de 03 (dois) dias úteis, de acordo com o estabelecido na ordem de fornecimento;
- III fornecer o objeto do contrato em estrita concordância com as especificações constantes do Processo Licitatório, Dispensa de Licitação nº 018/2021.
- IV substituir, às suas expensas e de forma imediata, os itens fornecidos em que se verificarem vícios distoantes do padrão normal;

ALA

E-mail.: pmcaridadedopiaui@gmail.com - cplcaridadedopiaui@gmail.com

2



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº <u>O 1</u>

03

PROCESSO ADM N°

# Estado do Piauí Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua Jose Antônio Lopes, nº 127 - Centro, Caridade do Piauí. Fone/Fax: (89) 3464-0125 CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

V – responsabilizar-se pelos danos causados una aterceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou decompanhamento pelo CONTRATANTE:

VI – assumir, por sua conta exclusiva, todos os encargos resultantes da execução do contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos e suas majorações incidentes ou que vierem a incidir sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários do seu pessoal;

VII – utilizar na execução do presente contrato somente pessoal em situação trabalhista e securitária regulares;

VIII - manter durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX – fornecer ao CONTRATANTE todas as informações solicitadas acerca do objeto deste contrato;

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO

No ato do término do fornecimento, será emitida nota fiscal dos itens fornecidos conforme consta no objeto deste instrumento contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

Este contrato vigorará por 30 (trinta) dias, a partir de sua assinatura, ou ao término do fornecimento, prevalecendo o que ocorrer primeiro, podendo, ainda, ser aditivado, nos termos da Lei nº 8.666/93, por interesse público, ou até conclusão de novo procedimento licitatório.

## CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos do Tesouro Municipal/Orçamento Geral do Município/FMS/FUS/Outros. Elemento Despesa: 339030 - Material de Consumo.

#### CLÁUSULA NONA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, de acordo com o prestação dos serviços deste contrato, o valor de R\$ 3.492,72 (três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), conforme os preços constantes na proposta.

E-mail.: pmcaridadedopiaui@gmail.com - cplcaridadedopiaui@gmail.com



Rua Jose Antônio Lopes, nº 127 – Centro, Caridade do Piauí. Fone/Fax: (89) 3464-0125 CEP: 64590-000 CNPJ: 01.612.575/0001-28

# CLÁUSULA DÉCIMA – DO EQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A recomposição dos preços dos itens objeto do contrato reger-se-ão de forma a manter o equilíbrio econômico financeiro da CONTRATADA, ou seja, mantendo-se o mesmo percentual entre o preço dos itens adquiridos por ela no distribuidor e o ofertado ao CONTRATANTE em sua proposta na época da licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será solicitado expressamente pela CONTRATADA quando da entrega da fatura de prestação dos serviços e das notas fiscais de aquisição dos produtos junto ao fornecedor, que será analisado pelo Setor Financeiro do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não serão considerados pedidos de reequilíbrio de preços relativamente a faturas anteriormente entregues, mesmo que essas ainda não tenham sido quitadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O preço cobrado não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao praticado pela CONTRATADA ao público em geral, devendo ser repassados ao CONTRATANTE os descontos promocionais praticados pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mediante transferências entre contas bancárias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será feito 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, estando esta devidamente atestada pelo setor competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO— Tendo em vista o prazo concedido para pagamento, não haverá, dentro deste prazo, isto é, da apresentação da cobrança à data do efetivo pagamento sem atrasos, nenhuma forma de atualização do valor devido.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto for pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO QUARTO – Todos os pagamentos devidos à CONTRATADA considerar-se-ão feitos, de pleno direito, quando os valores respectivos sejam depositados na **Conta Corrente 19.060-8**, mantida pela CONTRATADA junto ao **Banco do Brasil**, **Agência 4404-0**, valendo à PMC como comprovantes de pagamento e como instrumento de quitação, os recibos dos depósitos ou transferências bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

AH

E-mail.: pmcaridadedopiaui@gmail.com - cplcaridadedopiaui@gmail.com



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018 /

PROCESSO ADM Nº

# Estado do Piauí Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua Jose Antônio Lopes, nº 127 – Centro, Caridade do Piauí. Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000 CNPJ: 01.612.575/0001-28

A execução do presente Contrato será fiscalizada pelo Setor Administrativo Financeiro da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO – O servidor referido anotará, em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de aplicação de multas, o CONTRATANTE observará o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado do contrato por descumprimento de qualquer cláusula contratual ou do Pregão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

## CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato será rescindido excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, sob qualquer uma das formas descritas no artigo 79 da mesma lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de rescisão administrativa decorrente da inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA não terá direito a espécie alguma de indenização, sujeitando-se às consequências contratuais e legais, reconhecidos os direitos da Administração, assegurada a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DOS RECURSOS

Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação da Lei n.º 8.666/93, cabem os recursos dispostos no seu art. 109.

## CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

E-mail.: pmcaridadedopiaui@gmail.com - cplcaridadedopiaui@gmail.com





Rua Jose Antônio Lopes, nº 127 - Centro, Caridade do Piauí. Fone/Fax: (89) 3464-0125 CEP: 64590-000 CNPJ: 01.612.575/0001-28

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Simões - Pl, Estado do Piauí, da Justiça Comum, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em três vias, assinam as partes abaixo.

Caridade do Piauí (PI), 26 de março de 2021.

Antoniel de Sousa Silva - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ - PI

**CONTRATANTE** 

CNPJ/MF n° 28.006.010/0001-53

**CONTRATADO** 

TESTEMUNHA 1:

TESTEMUNHA 2:

E-mail.: pmcaridadedopiaui@gmail.com - cplcaridadedopiaui@gmail.com

6



Rua Jose Antônio Lopes, nº 127 – Centro, Caridade do Piauí. Fone/Fax: (89) 3464-0125 CEP: **64590-000** 

CNPJ: 01.612.575/0001-28



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2021. - PMC/PI Processo Administrativo nº 035/2021 - CPL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021.

Fundamentação Legal: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 9.412/18.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR A FAVOR DO COMBATE AO COVID-19, NO MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ-PI.

CONTRATANTE: Município de Caridade do Piauí - PI.

CONTRATADO: OPÇÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL

HOSPITALAR LTDA - ME.

INSCRIÇÃO: CNPJ nº 28.006.010/0001-53, Insc. Est.: 19.602.014-0.

ENDERECO: Av. Pedro Freitas, 1223, Vermelha, CEP: 64.018-000, Teresina - PI.

VALOR: R\$ 3.492,72 (três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos). **FONTE DE RECURSOS**: Tesouro Municipal/Orçamento Geral do Município/FMS/FUS/ Outros.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 26 de MARÇO de 2021.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 (TRINTA) dias ou ao término dos serviços prestados.

Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí - PI

Antoniel de Sousa Silva Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018 / 2021
PROCESSO ADM Nº 035 / 2021

FLS Nº

RUBRICA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 018 12021 PROCESSO ADM N° 035 1 2021

FLS Nº

228

# Ano XIX • Teresina (PI) - Quarta-Feira, 31 de Março de 2021 • Edição IVCCXC







#### Estado do Piauí Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua Jose Antônio Lopes, nº 127 – Centro, Caridade do Piaul. Fone/Fax: (89) 3464-0125 CEP: 64590-000 CNPJ: 01.612.575/0001-28

# EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2021

DSPENSADELICTAÇÃO IN (18/2021. - PMC/FI Processo Administrativo of (35/2021 - CPL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2021.

Fundamentação Legal: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 9.412/18.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR A FAVOR DO COMBATE AO COVID-19, NO MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ-PL

CONTRATANTE: Município de Caridade do Piauí - PI.

CONTRATADO: OPÇÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL

HOSPITALAR LTDA - ME.

INSCRIÇÃO: CNPJ nº 28.006.010/0001-53, Insc. Est.: 19.602.014-0.

ENDEREÇO: Av. Pedro Freitas, 1223, Vermelha, CEP: 64.018-000, Teresina - PI.

VALOR: R\$ 3.492,72 (três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos).

FONTE DE RECURSOS: Tesouro Municipal/Orçamento Geral do Município/FMS/FUS/ Outros.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 26 de MARÇO de 2021.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 (TRINTA) dias ou ao término dos serviços prestados.

Prefeitura Municipal de Caridade do Plauí - Pl Antoniel de Sousa Silva Prefeito Municipal

Id:0047CFB5C82343E2



#### Estado do Piauí Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua Jose Antônio Lopes, nº 127 – Centro, Caridade do Piaul Fone/Fax: (89) 3464-0125 CEP: 64590-000

CEP: 64590-000 CNPJ: 01.612.575/0001-28



#### PROCEDIMENTO DE DISPENSA Nº 018/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR A FAVOR DO COMBATE AO COVID-19, NO MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ-PI.

ASSUNTO: Ratificação e celebração de contrato. DATA: 26 de MARÇO de 2021.

Ratifico a orientação técnica da Comissão Permanente de Licitações e determino a contratação da empresa OPÇÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 28.006.010/0001-53, Insc. Est.: 19.602.014-0, sediada na Av. Pedro Freitas, 1223, Vermelha, CEP: 64.018-000, Teresina - PI, representada pelo seu Sócio-Administrador o Sr. SÍLVIO DE SOUSA LIRA NETO, portador de RG nº 2.102.037 SSP/PI e CPF nº 989.419.689-72, Tel.: 86 3305-8180 /99941-7979 / 99916-3300 e E-mail: opcaodistribuidora2018@gmail.com, no valor de R\$ 3.492,72 (três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), para contratação supramencionada.

Publique-se.

Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí - Pl Antoniel de Sousa Silva Prefeito Municipal ld:125256D288253D30

ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ GABINETE DO PREFEITO



PORTARIA N.º 097/2021.

Dispõe sobre A Concessão de Segundo Turno para Professor da Rede Municipal de Educação do Município de Caxingó - PI

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXINGÓ, Estado do Piaul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a Servidora MARIA SONIA DE OLIVEIRA CARVALHO, inscrito no CPF nº 953.468.803-72e portador do RG nº 1840604SSP-PI, professor efetivo na Secretaria de Educação do Município de Caxingó-PI, a um turno de 20 (vinte) horas semanais, perfazendo a carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 2º - O Servidor perceberá remuneração correspondente às horas efetivamente trabalhadas na municipalidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, produzindo efeito retroativo a 01 de março de 2021, ficam revogadas todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Excelentíssimo Senhor do Prefeito Municipal de Caxingó(PI), em 25 de março de

Mogrum Farrado Colo Santos Magnum Fernando Cardoso dos Santos Prefeito Municipal

ld:0B61FB78B4734027

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ



#### ERRATA DE PUBLICAÇÃO

O Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Caxingó - PI., vem por meio deste informar que na publicação do Diário Oficial dos Municípios datada do dia 08 de Fevereiro de 2021, edição n. TV CCLVI referente a publicação do extrato de contrato que tem como objeto a Prestação de serviços de limpeza pública para atender ao município de Caxingó - PI. Onde se lê: "FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, I da Lei 8.666/93" deve-se entender como "FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV da Lei 8.666/93". Onde se lê: "VALOR GLOBAL" deve-se entender como "VALOR MENSAL". E onde se lê: "VIGÊNCIA: 90 DIAS" deve-se entender como "VIGÊNCIA: 180 DIAS".

www.diarioficialdosmunicipios.org A divulgação virtual dos atos municipais

CENTENÁRIO

Há cem anos, em 29 março de 1921, os formandos da Faculdade de Direito de São Paulo ouviam pela primeira vez a "Oração aos Moços", texto escrito e lapidado pelo célebre Rui Barbosa, paraninfo da turma. "Justiça atrasada não é justiça, senão injusti-a qualificada e manifesta."

e-Teresina (PI), terça-feira, 30 de maiço de 202

#### **VACINAÇÃO**

Ministro Lewandowski determinou que o pedido da AGU para

# vacinação de policiais seja remetido ao ministério da Saúde STF: Cabe à Saúde incluir policiais em prioridade

cardo Lewandowski entendeu que cabe ao ministério da Saúde analisar o pedido da AGU para que os agentes de segurança sejam incluídos no grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

"Em face do exposto. determino seja o presente pleito remetido ao Ministério da Saúde para que este analise e decida, motivada-mente, e com a mais ampla publicidade, acerca da inclusão dos profissionais de segurança pública e sal-vamento na mesma ordem de prioridade dos trabalhadores de saúde, ou, subsi-diariamente, da população privada de liberdade e dos funcionários do sistema de privação de liberdade, tal como veiculado na petição da Advocacia- Geral da U-

nião." Segundo o ministro, os integrantes das carreiras de segurança pública exercem papel crucial na linha de frente do combate à covid-19, "arrostando diariamente com denodo e destemor, os perigos impostos pela pandemia - sem prejuízo das missões que o texto constitucional e a lei lhes atribuem". "Não há dúvida, por-

tanto, de que são dignos de toda a atenção por par-te das autoridades dos três níveis político- administrativos da Federação, especialmente daquelas responsáveis pela definição das políticas públicas de saúde." Em sua decisão, Lewandowski constatou que, no plano nacional de imunização, as forças de segurança e salvamento estão enquadradas dentre os grupos prioritários, depois dos integrantes dos

de óbito ou de desenvolvimento de formas graves da doença, das pessoas com maior possibilidade infecção e dos responsáveis pelo funcionamento dos serviços essenciais.

"Assim, apesar da relevância da pretensão veiculada na petição subscrita pelo Advogado-Geral da União, entendo que não cabe a esta Suprema Corte definir a alteração da or-dem de prioridade dos grupos a serem vacinados. iá que o atendimento da demanda exigiria a prévia identificação e quantifica-ção das pessoas potencialmente atingidas pela medida, com o consequente estabelecimento de novas prioridades, relativamente a outros grupos identificados como preferenciais, já incluídos nos planos

nacional e estaduais de i-munização contra o novo coronavírus, providências que demandariam avaliações técnicas mais apro-fundadas e estudos logísticos de maior envergadura, incompatíveis com uma decisão de natureza jurisdicional, especialmente de cunho cautelar."

Além disso, o ministro considerou a escassez dos imunizantes no país. "A alteração da ordem de pre-ferências em favor de um grupo prioritário, sem qualquer dúvida merecedor de particular proteção estatal, ensejará o descen-so, total ou parcial, de outros grupos, presumivel-mente escolhidos a partir de critérios técnicos e científicos anteriormente definidos." Conforme afirmou, esta é uma decisão de caráter técnico-política a ser tomada pelos repre-

LEWANDOWS-KI tomou decisão em pro-cesso da AGU videnciando os motivos

sentantes eleitos e pelas autoridades sanitárias por eles nomeadas, refugindo à competência do Poder Judiciário, ao qual só é dado pronunciar-se sobre aspectos constitucionais e legais dos atos adminis-trativos, se e quando adequadamente provocado.

"Por isso, entendo que cabe à União, por meio do Ministério da Saúde, promover eventuais alterações na ordem de prefe-rência da vacinação dentro dos grupos prioritários, e-

COMUNICADO For Earth after the Street Policy to Trinden a new research Street and the surprise of the commission of the street of em que tal escolha se a poia, os quais deverão tomar por base, sobretudo, o fato de a quantidade de vacinas disponíveis até o momento em solo nacional ser muito inferior ao número de pessoas incluí-das como prioritárias, além de levar em conta critérios científicos, estratégicos, estatísticos e logísticos (estoques de vacinas, agulhas, seringas e pessoal). sempre considerados os demais grupos de risco."





icipal de Caridade do Piani

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR A FAVOR DO COMBATE AO COVID-19, NO MUNICÍPIO DE CARIDANE DO PAULÍ-PI.

ESTACODO PIARE
PROTUTER A MINICIPAL DE AGRA BRANCA

LO POS DE ASSOCIACIÓN
COORDINADORIA DE LICITACOES PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO - NOVO ADIAMENTO

Precis Electrisico at. 029/2021

erzade Manieje de Agus Bara (19)

sijo Paginin prijere par appelje filosop spurida de pli jaurelon, pros sandor is ocensieded al 
jeso Paginin prijere par appelje filosop skulpture.

slausanda de projessa (19) de maria (20) is (19) des 
slausanda de projessa (19) de maria (20) is (19) des 
slausanda de projessa (19) de maria (20) is (19) des 
slausanda de projessa (19) de maria (20) is (19) des 
slausanda de projessa (19) de maria (20) de significanda 
substanta (19) des 
slausanda (19) de maria (19) de significanda 
substanta (19) des 
slausanda (19) de maria (19) de significanda 
substanta (19) de significanda 
specificanda (19) de sign

Água Branca (Pia, 29 de março de 200



Prefeitura Municipal de Caridade do Piant Ros hos Autora Univo. et 17 - Centro, Cardade do Piant Rose Par 1993 (artist): 25 CFP - 44590-869 CNP: #1.412.575.0001-28

rigio Legal del 24, II, de Lei el Safes Se Chapter d'Hallite. Contratação de Empresa para o fornecimento de Material Ilar a Favor do combate ao covid-19, no municipio de Caridade

CONTRATANTE Municipio de Caridade do Pauli-PL CONTRATADO: OPÇÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL

HOSPITALARIZTUA - ME

SCHOOL CHAF (2008-11990) 53, Inc. Eu: 1368/2014 (2008-11990)

EXDERICO A: Policy for Policy 12/3, Youndles CEP-6/118-00, Tecrisin - PI

ALUK RS. 5-192, P. cutt sam, appressions a non-cut a don trace to estable don cross-ori
CONTENT DE RECUESTION Forum Managing Policy entered (2018-0).

DATA DA ASSINATIRA DO CONTRATTO The MINECO de 2018

PARADO DE VIGENCIA ME (PRETA) do nos o minimic dons on occiso; provideo:

ETADO EC-FANI PETETURA MUNICIPAL DE AGUA BRANCA ET SERECE AGUA BRANCA COPO EN APORO 27 ME DESCRIPTION DE DE PROPERTO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

PREFETTURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO - NOVO ADIAMENTO

Preside Electrónico aº, 019/2821

Assa Brasca (M), 27 de março de 2021.



ESTACODO PIANI
PROPETERA MENORPAL DE AGRA BRANCA EU PERSEA
AGUA BRANGA COORDINADORIA DE LICITAÇÕES

PREFEITURAMUNICIPALDEÁGUABRANCA

AVISODELICITAÇÃO

o:MunicipiodeÁguaBranca(PI) nisiçãodecquipamentoinformática. curso:FPM/RFCU/RSOSPROPRIOS/Ti nsdo: R\$ 1.872.266,37 (um milhão oit



AVISO DO EDITAL ESSO ADMINISTRATIVO Nº. 133/202

PROCEDIMENTO N. 028/2021

DOURIVAN GOMES DE SOUSA



PROCEDIMENTO N. 819/28/21

de Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro, los centro: Fone: (189) 3570-1473.

DOURIVAN GOMES DA SILVA PRESIDENTE DA CPI.

JOSEANE DESIDERIA PEREIRA SANTOS SECRETÁRIA





AVISO DO EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 134/2021

Grande do Ribeiro (PI), 26 de Março de 2021

DOURIVAN GOMES DA SILVA Presoniro

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 🔎 PROCESSO ADM Nº VC